

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Sem dar detalhes, Guedes diz que já há acordo por cessão onerosa.....	2
Título: Petrobras prevê orçamento de R\$ 54,7 bi em 2019	3
Título: Destaques	4
Título: Lucro da CPFL Renováveis mais que dobra e endividamento recua	5
Título: Etanol sobe nos postos, mas valores recebidos pelos produtores caem	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Desembargador manda soltar Temer após 4 dias	7
Título: Ausência do Estado e perdas de energia	8
Título: Em risco, Barão de Cocais faz simulado com seus moradores	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Primeiro leilão do petróleo sob Bolsonaro pode girar R\$ 3,2 bi.....	11
Título: Ministro não descarta novas hidrelétricas na Amazônia.....	12
Título: Juiz solta Temer e diz ter de respeitar garantias mesmo sendo a favor da Lava Jato.	13
Título: Apagão volta a atingir Caracas e ao menos 14 estados da Venezuela	16
VEÍCULO: O Globo.....	18
Título: Temer solto	18
Título: Guedes promete dividir recursos de fundo do pré-sal	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília****Título: Sem dar detalhes, Guedes diz que já há acordo por cessão onerosa**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo chegou a um acordo com a Petrobras sobre a renegociação do contrato da cessão onerosa do pré-sal. Segundo ele, os detalhes devem ser anunciados nos próximos dias.

"Na cessão onerosa estava uma briga entre Executivo e Legislativo e o negócio não andava. Ficou parado embaixo do mar esperando, em um jogo de perde-perde. Então sentamos com o ministro Bento Albuquerque [de Minas e Energia], fechamos o negócio e devemos anunciar nos próximos dias", disse ele em reunião da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Conforme publicou o **Valor** na semana passada, o governo avançou nas negociações e havia conseguido reduzir o tamanho do pagamento à estatal - que baixou dos US\$ 14 bilhões originalmente previstos para um montante mais próximo a US\$ 10 bilhões.

O contrato foi assinado entre a União e a Petrobras em 2010, quando a estatal adquiriu os direitos de exploração e produção de 5 bilhões de barris de petróleo em uma região do pré-sal pelo valor aproximado de US\$ 42 bilhões (valor da época). No entanto, o contrato já previa a revisão de parâmetros (como o preço do petróleo) após o início da exploração, em dezembro de 2014.

Mas havia dificuldade de o governo fazer a negociação frente à ausência de um meio formal para resolver controvérsias. Para a equipe econômica, a demora representava um alto custo de oportunidade pois dificultava o aproveitamento do volume ainda existente na área - calculado em ao menos mais 15 bilhões além daqueles a que a Petrobras já tem direito.

No governo de Michel Temer, um acordo era considerado uma prioridade. Mas o então ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendia a aprovação de um projeto de lei sobre o tema como necessário para a assinatura. O acordo continuou à espera porque os técnicos envolvidos tinham receios de assiná-lo sem um respaldo legal - e os bilionários valores envolvidos aumentavam os temores.

Com a paralisação política do governo no ano passado, o projeto de lei não avançou no Congresso. A equipe econômica de Paulo Guedes adotou, então, uma nova interpretação e aproximou-se do Tribunal de Contas da União (TCU) para um acompanhamento do órgão de controle sobre o tema. Para o novo

governo, no entanto, nem o projeto de lei nem o aval do tribunal seriam necessários para a assinatura.

Guedes tem interesse em destravar o processo porque gostaria de fazer o leilão dos barris resultantes do acordo ainda neste ano e, em consequência, ver os recursos entrando no caixa do Tesouro ainda neste ano. Apesar de valores de até R\$ 100 bilhões em recursos oriundos do leilão serem citados, não há nenhum cálculo que indique esse montante.

Guedes disse ainda que o governo vai destinar 70% do fundo social do pré-sal (hoje, 100% da União) para Estados e municípios. A medida já havia sido comentada na semana passada em coletiva do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues - mas sem citar valores.

Além disso, o ministro defendeu o fim do monopólio dos Estados na distribuição de gás natural. Segundo ele, a equipe da Economia já está conversando com representantes de Rio de Janeiro e São Paulo sobre o tema. Ele afirma que é possível cortar pela metade o preço do produto no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/03/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras prevê orçamento de R\$ 54,7 bi em 2019

A Petrobras prevê um orçamento de R\$ 54,711 bilhões para este ano. A proposta orçamentária será apresentada na assembleia geral de acionistas do próximo dia 25 de abril. A prioridade está no setor de exploração e produção, que deve exigir R\$ 43,788 bilhões.

Outros R\$ 9,864 bilhões serão destinados ao segmento de refino, gás e energia, biocombustíveis e distribuição. A Petrobras listou, entre os principais projetos, para o ano, as obras de construção do gasoduto marítimo Rota 3; a unidade de processamento de gás natural do Comperj, Itaboraí (RJ); além da conclusão do primeiro trem da refinaria do Nordeste (Rnest), em Pernambuco, e da continuidade das obras da refinaria do Comperj - que depende do fechamento de uma parceria com um novo sócio. Já o segmento corporativo absorverá R\$ 1,06 bilhão.

A estatal informou mais uma troca no conselho de administração. A União, como acionista controlador, indicou Alexandre Vidigal de Oliveira, atual secretário de geologia, mineração e transformação mineral do Ministério de Minas e Energia, para o lugar do conselheiro Segen Estefen.

Com a troca, desde a mudança do comando da estatal, o conselho de administração da petroleira passará a ter cinco novos integrantes, incluindo a presença do presidente da empresa, Roberto Castello Branco.

A Petrobras já havia, anteriormente, anunciado as indicações do almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, para a presidência do conselho, além de João Cox Neto e Nivio Ziviani.

Desde o início do ano já se despediram do conselho o então presidente do colegiado, Luiz Nelson Carvalho, Francisco Petros Papathanasiadis e Durval Soledade. Castello Branco passou a compor uma das cadeiras do colegiado no lugar do ex-presidente da estatal, Ivan Monteiro.

A indicação de Oliveira consta na ata da assembleia geral de acionistas prevista para 25 de abril. A União solicita o encerramento antecipado do prazo de mandato de Estefen, válido até 2020.

Oliveira é doutor em Direito com titulação na Universidade Carlos III de Madrid e convalidação pela Universidade de Brasília (UnB). É secretário do MME desde 26 de janeiro. Foi Juiz Federal de 1991 a 2019, com atuação em Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Penal e Previdenciário.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/03/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Vale tem novo bloqueio

A Vara Única da Comarca de Barão de Cocais (MG) determinou o bloqueio de recursos da Vale no valor de R\$ 2,95 bilhões, para resguardar o ressarcimento de eventuais prejuízos, patrimoniais e extrapatrimoniais, das pessoas afetadas pelas evacuações ocorridas e pelas que podem ocorrer com relação à barragem Sul Superior, em Gongo Soco, Barão de Cocais, em Minas Gerais. Conforme comunicado da Vale, a decisão foi proferida ontem, em pedido de tutela cautelar antecedente no âmbito da ação civil pública, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da Defensoria Pública de Minas Gerais. "A companhia ainda não foi formalmente notificada da decisão e adotará as medidas cabíveis no prazo legal", informou a Vale.

Linha Manaus-Boa Vista

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, disse que o projeto da linha de transmissão que ligará as capitais Manaus e Boa Vista será retomado com o consórcio que venceu o leilão realizado em 2011, formado por Alupar e Eletronorte. Segundo ele, não será necessário realizar um novo leilão, mas a tarifa de transmissão definida à época será atualizada. "Essa tarifa precisa refletir a atipicidade desse processo", disse. No mês passado, o Conselho Nacional de Defesa (CND) classificou a linha Manaus-Boa Vista, que conectará Roraima à rede nacional de transmissão, como projeto estratégico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Lucro da CPFL Renováveis mais que dobra e endividamento recua

Com 2,1 gigawatts (GW) de projetos em operação, a CPFL Renováveis reduziu novamente seu endividamento em 2018, tendência que deve ser mantida a partir de agora, mesmo diante de novos investimentos previstos.

A companhia reportou ontem que obteve o lucro líquido de R\$ 106,8 milhões no quarto trimestre de 2018, alta de 108,5% na comparação com o mesmo intervalo de 2017. O resultado refletiu o reconhecimento de créditos fiscais, consequência da reestruturação societária realizada ano passado, e também a antecipação da conclusão da pequena central hidrelétrica (PCH) Boa Vista 2, de 29,9 MW, que entrou em operação em novembro, mais de um ano antes do seu prazo contratual.

A dívida líquida chegou a R\$ 4,5 bilhões no fim de 2018, queda de 7% em relação ao total apurado no fim de 2017. Com isso, a alavancagem medida pela relação entre a dívida líquida e o Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recuou de 4 vezes para 3,7 vezes.

"Saímos de uma alavancagem de 5 vezes em 2016 para 4 vezes em 2017 e agora 3,7 vezes em 2018", destacou Alessandro Gregori, diretor financeiro e de relações com investidores da companhia. Segundo o executivo, com a entrada de mais projetos em operação, a companhia tende a gerar mais caixa e ter seu endividamento cada vez menor.

Hoje, a elétrica tem dois projetos em construção: um complexo eólico e uma PCH contratados no leilão A-6 do ano passado, que somam 97,3 MW de potência. "Temos esses projetos para construir, mas apesar de representarem novos investimentos, a companhia já tem 2,1 GW em operação, então tende a sofrer menos com a alavancagem", explicou Gregori.

Segundo ele, a tendência daqui para a frente é de redução do endividamento, mas novos investimentos, em leilões ou aquisições, seguem na mesa. "Temos 2,4 GW de projetos no nosso pipeline, vamos avaliar oportunidades tanto no mercado livre quanto no regulado", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Etanol sobe nos postos, mas valores recebidos pelos produtores caem

Os preços do etanol hidratado (que abastece diretamente os tanques dos veículos) subiram para os motoristas da grande maioria dos Estados do país na semana passada, acompanhando a valorização da gasolina, mas os valores pagos para as usinas do país continuaram em queda.

De acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizado na semana móvel encerrada no dia 23, o biocombustível registrou alta em 22 Estados no período e caiu em apenas em três Estados e no Distrito Federal.

Como o movimento acompanhou a alta da gasolina, o etanol manteve sua vantagem econômica nos quatro Estados onde vem sendo mais competitivo: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Desde o início do mês, a Petrobras já elevou em 10,81% o preço médio da gasolina A (vendida às distribuidoras, ainda sem mistura ao etanol anidro) nas refinarias. No ano, o reajuste já chegou a 22,9%.

Para os produtores, porém, os preços do etanol hidratado continuam em queda. Na semana entre os dias 18 e 22, o indicador Cepea/Esalq para o etanol pago às usinas de São Paulo ficou em R\$ 1,7686 o litro. Foi uma queda de 4,57% em apenas uma semana, e o valor médio voltou ao menor patamar desde a segunda semana de fevereiro, quando o mercado doméstico ainda estava pressionado por estoques elevados.

Em Goiás, os preços pagos aos produtores também vêm registrando consecutivas quedas nas últimas semanas. O indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado entre os dias 18 e 22 recuou 6,67% ante a semana anterior, para R\$ 1,4794 o litro - o menor valor também desde a segunda semana de fevereiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 26/03/2019****Seção: Política****Autor: NAIRA TRINDADE, MATHEUS LARA, FABIO GRELLET, ROBERTA JANSEN, FAUSTO MACEDO, JULIA AFFONSO e LUIZ VASSALLO****Título: Desembargador manda soltar Temer após 4 dias**

Lava Jato. Antonio Ivan Athié afirma que indícios de crimes apontados por Bretas são "antigos" e não justificam prisões preventivas; ex-presidente volta de jatinho para SP

O desembargador Antonio Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, determinou ontem a soltura do ex-presidente Michel Temer (MDB) após quatro dias de prisão. Na mesma decisão, antecipada pelo portal estado.com.br, o magistrado concedeu habeas corpus ao ex-ministro Moreira Franco, ao coronel reformado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho e a outros quatro alvos da Operação Descontaminação – que investiga crimes de cartel, corrupção ativa e passiva, lavagem de capitais e fraudes à licitação na construção da **usina nuclear de angra 3**.

Todos haviam sido presos preventivamente por ordem do juiz federal Marcelo Bretas, titular da Lava Jato no Rio. Ao conceder os habeas corpus, Athié reverteu sua própria decisão de incluir os pedidos de liberdade na sessão de amanhã da Primeira Turma do tribunal – os recursos foram retirados da pauta. O desembargador havia alegado na sexta-feira que não tinha tido tempo hábil para analisar os habeas corpus. No despacho de ontem, Athié afirmou, porém, que analisou os casos no fim de semana e verificou "que não se justifica aguardar mais dois dias para decisão, ora proferida e ainda que provisória".

O Ministério Público Federal, que aponta o emedebista como líder de um esquema bilionário de propinas há mais de 40 anos, informou que vai recorrer. Na análise dos recursos das defesas, o desembargador rebateu argumentos usados por Bretas para autorizar as prisões. Athié afirmou que são "antigos" os indícios de crimes e argumentou que os presos não oferecem risco à ordem pública ou à investigação. Ele ainda citou que Bretas usou termos como "parecia" por diversas vezes para justificar a decisão.

"Mesmo que se admita existirem indícios que podem incriminar os envolvidos, não servem para justificar prisão preventiva, no caso, eis que, além de serem antigos, não está demonstrado que os pacientes atentam contra a ordem pública, que estariam ocultando provas, que estariam embaraçando, ou tentando embaraçar eventual, e até agora inexistente instrução criminal, eis

que nem ação penal há, sendo absolutamente contrária às normas legais prisão antecipatória de possível pena", disse Athié. "Garantias". Ao fazer elogios a Bretas, Athié disse não ser contra a Lava Jato, mas que é preciso dar "garantias constitucionais".

"Ressalto que não sou contra a chamada "Lava Jato", ao contrário, também quero ver nosso país livre da corrupção que o assola. Todavia, sem observância das garantias constitucionais, asseguradas a todos, inclusive aos que a renegam aos outros, com violação de regras não há legitimidade no combate a essa praga." Relator do caso envolvendo Temer, Athié é o presidente e um dos três desembargadores da Primeira Turma do TRF-2 – os outros são Paulo Espírito Santo e Abel Gomes. Sob escolta da Polícia Federal, Temer deixou o prédio da Superintendência da PF no Rio por volta das 18h40.

Um grupo de manifestantes protestou contra a soltura do ex-presidente, que permaneceu preso por cerca de 96 horas em uma cela de 46 metros quadrados. O veículo que conduzia o emedebista seguiu direto para o aeroporto Santos Dumont, onde chegou por volta das 19h10. Temer embarcou em um jatinho com destino a São Paulo. Ele chegou ao Alto de Pinheiros, onde mora, acompanhado de seu advogado, o criminalista Eduardo Canelós, às 21h43.

Outros. Detidos no Rio, o ex-ministro Moreira Franco e o coronel Lima deixaram também na noite de ontem a Unidade Prisional da Polícia Militar, em Niterói, onde cumpriam prisão preventiva. Tiveram ainda as prisões revogadas Maria Rita Fratezi, mulher de Lima, e os empresários Carlos Alberto Costa, Carlos Alberto Costa Filho e Vanderlei de Natale. No fim de semana, a desembargadora plantonista do TRF-2 Simone Schreiber havia revogado as prisões temporárias de Carlos Jorge Zimmermann e Rodrigo Castro Alves Neves. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio J. D. Sales e Richard L. Hochstetler

Título: Ausência do Estado e perdas de energia

Um dos fatores que encarecem o fornecimento de energia elétrica no Brasil é o alto índice de furtos de energia. Muitos consumidores fazem ligações clandestinas ou manipulam seus medidores para roubar energia das redes de distribuição, o que prejudica a qualidade do fornecimento e encarece o serviço. As distribuidoras de energia são responsáveis pela ligação das unidades de consumo, pela instalação e manutenção dos medidores e pela emissão das faturas.

Portanto, o furto de energia elétrica é um problema que extrapola a responsabilidade da distribuidora e é fruto da ausência do Estado, que resulta na falta de segurança e na ausência de mecanismos para coibir a informalidade. A Aneel, agência reguladora do setor elétrico, entende a natureza do problema, tanto que, no processo de revisão tarifária, define o nível de Perdas Não Técnicas (PNTs, como ela se refere a essas perdas comerciais derivadas de furtos e fraudes) esperado em cada área de concessão, em razão de suas características socioeconômicas.

O nível de PNTs admitido para cada distribuidora é definido a partir de um índice que busca refletir o grau de "complexidade socioeconômica" da área de concessão da distribuidora. Esse índice é estimado a partir de modelos estatísticos que levam em conta os seguintes fatores de cada área de concessão: 1) proporção dos domicílios em condições "subnormais" ou "precárias"; 2) cobertura de outros serviços públicos (tais como saneamento e coleta de lixo); 3) nível de pobreza ou desigualdade; 4) cobertura de programas sociais (como a Tarifa de Baixa Renda); 5) inadimplência do setor de crédito; e 6) nível de violência. Com base nesse índice, a Aneel estabelece metas de redução das PNTs para cada distribuidora.

A ideia de utilizar modelos estatísticos para avaliar o grau de complexidade socioeconômica é boa, e a sistemática de definição das tarifas de energia com base nas PNTs estipuladas a partir do índice de complexidade socioeconômica proporciona bons incentivos para as empresas de distribuição se empenharem no combate ao furto de energia elétrica. Os frutos desta regulação são observáveis. Entre 2008 e 2017 as PNTs caíram de 16,3% para 14,1%, algo a ser comemorado, especialmente por causa da crise econômica dos últimos anos.

Apesar desta bem-sucedida redução de 13,2%, as distribuidoras continuam sofrendo grandes prejuízos com as PNTs, pois as metas estabelecidas pelo regulador requeriam uma redução de 30,7% no mesmo período. As metas iniciais já eram, em média, 12,8% inferiores às PNTs observadas em 2008, e foram reduzidas em mais 17,9% ao longo destes dez anos. A consequência destas metas excessivamente ambiciosas é que só 1/3 das 54 distribuidoras conseguiu alcançá-las, o que tem levado ao questionamento da adequação dessas metas. Na prática, um exame criterioso dos modelos estatísticos empregados para estimar o índice de complexidade socioeconômica demonstra que seu poder explicativo é muito baixo.

Logo, uma boa dose de cautela é necessária na determinação de metas a partir desses modelos. Além disso, vê-se em algumas regiões o surgimento de novas dinâmicas (não captadas pelo índice de complexidade socioeconômica) que prejudicam o combate às PNTs. O surgimento de áreas com domínio territorial por milícias e narcotraficantes na área metropolitana do Rio de Janeiro, por

exemplo, impede que as empresas de distribuição elétrica atuem sem pôr seus funcionários em risco. A Aneel tem mostrado sensibilidade a este problema e adotou tratamento diferenciado para estas "áreas de risco", como pode ser constatado no último reajuste tarifário da Enel Rio, discutido na Audiência Pública 55/2018.

A ausência do Estado na provisão de serviços públicos básicos, como segurança e educação, é um problema com ramificações profundas para a sociedade. Não é possível avançar em certas dimensões sem antes atender a essas necessidades básicas. É por isso que a revisão geral da metodologia de definição de PNTs é necessária para determinar metas mais compatíveis com a realidade, preservando a eficácia da regulação.

RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E REGULATÓRIOS DO INSTITUTO ACENDE BRASIL. SITE: WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BARÃO DE COCAIS (MG)

Título: Em risco, Barão de Cocais faz simulado com seus moradores

Cidade no interior de Minas convive com alerta máximo de rompimento. Moradores pedem providências

Ponto de encontro e rota de fuga são expressões que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores de Barão de Cocais, cidade no interior de Minas que convive desde a sexta-feira passada com o alerta máximo que indica possibilidade de rompimento da barragem vizinha. Nas ruas, a circulação de carros da polícia com a sirene ligada indica a mobilização das autoridades para realizar o treinamento da população com objetivo de evitar um novo desastre no Estado.

Em toda a cidade, há sete pontos de encontro e, ao longo do trajeto, agentes com coletes pedem que moradores se desloquem para algum deles. Um carro de som reproduz uma gravação que informa sobre o simulado do rompimento de barragem. "Paralise suas atividades e siga para o ponto de encontro", repetia a mensagem. Em caso de rompimento, a previsão é de que a lama chegue à cidade em cerca de 1h10. Nesse cenário, a lama atingiria também duas cidades vizinhas, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo, em três e seis horas,

respectivamente. A população somada das três cidades é de cerca de 10 mil pessoas.

A reunião com moradores na Escola Efigênia de Barros Oliveira, um dos pontos de encontro, teve momentos de tensão. "Quando esse pesadelo vai acabar?", indagou ao representante da Defesa Civil a motorista Emília de Jesus, de 32 anos, que mora no bairro Três Moinhos com o filho e o marido. A resposta foram as informações sobre possíveis obras e o fato de não haver solução no curto prazo. Eny Soares, de 65 anos, aprovou o simulado. "É importante fazer isso. Para o povo entender. Tem gente que acha que não tem perigo", disse. Com dificuldade de locomoção, Raimunda Oliveira Soares, de 88 anos, também participou do simulado e disse que vai sair de casa, "mas só quando precisar".

O clima de apreensão alimenta uma rede de boatos que prejudica as atividades de prevenção. Por causa do agravamento da situação, o Ministério Público de Minas entrou com uma petição para exigir que a Vale tome providências para prevenção e mitigação de danos. Brucutu A Vale informou ontem que, por decisões liminares da Vara Única de Santa Bárbara, movidas a pedido do Ministério Público de Minas, foi determinado, entre outras providências, a paralisação de atividades de estruturas de contenção. Segundo a mineradora informou, a referida determinação terá consequências nas operações da mina de Brucutu

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Primeiro leilão do petróleo sob Bolsonaro pode girar R\$ 3,2 bi

Marcado para 10 de outubro, o primeiro leilão de áreas para exploração e produção de petróleo do governo Jair Bolsonaro oferecerá ao mercado 36 blocos. Se todos forem vendidos pelo preço mínimo, a arrecadação será de R\$ 3,2 bilhões.

O leilão será realizado sob o modelo de concessão, no qual não há participação do governo nos consórcios. O governo projeta para este ano também um leilão sob o modelo de partilha, que prevê a entrega de parte da produção à União.

Nos leilões de concessão, vence a empresa ou consórcio que apresentar a maior oferta por cada bloco, o que abre a possibilidade de arrecadação superior ao valor mínimo das áreas, mesmo que nem todas sejam concedidas — como é comum ocorrer.

No leilão de outubro, a área com maior preço mínimo, de R\$ 1,3 bilhão, está localizada na bacia de Campos. Ela fica ao lado de descoberta do pré-sal chamada de Pão de Açúcar. A segunda mais valiosa fica na bacia de Santos, com bônus mínimo de R\$ 372 milhões.

A lista de blocos privilegia regiões com alto potencial de descobertas nas bacias de Campos e Santos, onde estão 24 das áreas que serão oferecidas ao mercado. As restantes estão divididas entre as bacias de Camamu Almada (7), na Bahia, e Pernambuco-Paraíba (5).

A maior parte dos blocos está colada no chamado polígono do pré-sal, área delimitada no governo Lula onde vigora o regime de partilha.

O edital e a minuta do contrato de concessão foram divulgados nesta segunda-feira (25) pela Agência Nacional do Petróleo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/03/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Ministro não descarta novas hidrelétricas na Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse nesta segunda-feira (25) que o governo brasileiro está aberto a avaliar novos projetos hidrelétricos na região da Amazônia, mas que a decisão sobre eventuais novos empreendimentos dependerá de uma avaliação técnica do Ibama.

Salles criticou ainda o que apontou como interferência ideológica em processos de licenciamento ambiental.

Ao falar durante seminário da Abrig (Associação Brasileira de Relações Institucionais), Salles defendeu que o Ibama avalie projetos e riscos a eles relacionados em uma base estritamente técnica.

“É importante lembrar: licenciamento ambiental não é um instrumento para dizer não. Ele é um instrumento para dizer em que condições sim.”

Segundo o ministro, o trabalho do Ibama é pesar benefícios e riscos de cada projeto para, ao fim da análise, decidir se há medidas que possam ser impostas para mitigar os riscos, permitindo o avanço do empreendimento.

Ele reconheceu que a Amazônia é uma região “sensível” devido à sua biodiversidade, ressaltando ainda que a construção de hidrelétricas ali não deve ser analisada da mesma maneira que em outras regiões do país.

“Amazônia é área sensível. É completamente diferente de fazer obra hidrelétrica no Sudeste, Centro-Oeste, enfim. Amazônia é um lugar plano, cada lugar que alaga tem consequências seríssimas. Quem vai determinar se é possível ou não é o Ibama, à luz de informações que o próprio setor levar ao órgão.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/03/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: Juiz solta Temer e diz ter de respeitar garantias mesmo sendo a favor da Lava Jato

Magistrado antecipou definição marcada para quarta-feira; Ministério Público vai recorrer de medida, que também beneficia outros presos

Quatro dias após ser preso, apontado pela Lava Jato do Rio como chefe de uma organização criminosa que atua há quatro décadas, o ex-presidente Michel Temer (MDB) foi solto nesta segunda-feira (25) por ordem do juiz federal Antonio Ivan Athié, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Temer deixou a sede da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro às 18h40 devido ao habeas corpus concedido também a outros sete presos pela Operação Descontaminação, incluindo o ex-ministro e ex-governador Moreira Franco e o coronel João Baptista Lima Filho.

A decisão monocrática, dispensando a análise dos outros dois membros da Primeira Turma do TRF-2, foi tomada por Athié três dias após ele ter marcado um julgamento conjunto para quarta-feira (27).

O juiz disse que voltou atrás e revogou as prisões porque analisou os documentos no final de semana e concluir que não havia justificava para esperar diante do atropelo das “garantias constitucionais”.

Ele fez questão de ressaltar que não é contra a Lava Jato, que gerou os mandados de prisão expedidos pelo juiz Marcelo Bretas. “Ao contrário, também quero ver nosso país livre da corrupção que o assola. Todavia, sem observância das garantias constitucionais, asseguradas a todos, inclusive aos que a renegam aos outros, com violação de regras não há legitimidade no combate a essa praga”, afirmou.

O Ministério Público Federal disse que vai recorrer contra a decisão. “A força-tarefa reafirma que as razões para a prisão preventiva são robustas e consistentes”, declarou.

O advogado Eduardo Cernelós, defensor de Temer, disse que os termos da decisão “são suficientes para demonstrar quão abusivo” foi a expedição da prisão preventiva.

Ele criticou a “ação isolada” de membros do Poder Judiciário, “os quais, infelizmente, usam a toga para agirem como justiceiros e, a pretexto de combaterem a corrupção, violam as mais mezinhas noções de direito e vilipendiam a honra de pessoas honestas”.

A revogação da prisão preventiva é liminar — ainda pode ser revertida pelo corpo de juízes. O julgamento foi retirado da pauta de quarta e ainda não há nova data marcada.

Ao conceder a liberdade ao ex-presidente, Athié argumentou ter tomado a decisão nesta segunda porque não teve condições de examinar as alegações com segurança em apenas uma tarde — na sexta.

Argumentou que não há no ordenamento jurídico antecipação de pena ou possibilidade de prender preventivamente pessoas que não representam perigo à ordem pública ou à investigação criminal.

Relembrou que Temer e Moreira Franco deixaram de ocupar cargos públicos. “O motivo principal da decisão atacada — cessar a atividade ilícita — simplesmente não existe.”

No pedido de prisão preventiva, Bretas usou por 19 vezes o verbo “parecer”, no sentido de dúvida ou incerteza. O juiz mencionou outras justificativas para a prisão preventiva que aparecem no Código de Processo Penal, mas não disse como esses fatos teriam ocorrido com Temer.

“Os fatos que, de início na decisão se lhe ‘pareciam’, viraram grande probabilidade. Todavia, mesmo que se admita existirem indícios que podem incriminar os envolvidos, não servem para justificar prisão preventiva”, disse Athié.

Para o juiz do TRF-2, o que se tem até o momento “são suposições de fatos antigos”, possivelmente ilícitos, mas sem evidência de ação criminosa posterior a 2016 — assim, afirmou, estaria ausente a contemporaneidade que justificaria a prisão preventiva.

A Procuradoria afirmou na última semana, para justificar as prisões, que o grupo de Temer estava destruindo provas e monitorando agentes responsáveis pela investigação.

Em sua decisão, Athié disse que não foi demonstrado que os envolvidos estivessem atentando contra a ordem pública, ocultando provas ou embaraçando a “até agora inexistente” instrução criminal.

Além da prisão, Temer foi alvo, junto com uma de suas filhas, de ordem do juiz Bretas para sequestro de bens móveis e imóveis em valores de até R\$ 62,6 milhões — por meio de congelamento de quantias em bancos e do bloqueio de veículos, dentre outros bens.

O valor foi calculado com base em quatro supostos focos de desvios para garantir a reparação aos cofres públicos.

Além do escritório de advocacia de Temer, ela atinge a Tabapuã Investimentos, da qual ele é, e um consultório de psicologia de Maristela Temer, filha do emedebista. Na eleição de 2014, a última que disputou, Temer declarou patrimônio de R\$ 7,5 milhões.

O emedebista foi preso 79 dias após deixar a Presidência. Tornou-se, assim, o segundo presidente do Brasil a ser encarcerado após investigação na esfera penal. O pioneiro foi Lula (PT), em abril de 2018.

Temer, 78, é acusado de chefiar uma organização criminoso que recebeu R\$ 1 milhão em propina sobre o contrato de construção da **usina nuclear de angra 3**. O Ministério Público Federal afirmou que chega a R\$ 1,8 bilhão o montante de propinas solicitadas, pagas ou desviadas pelo grupo do ex-presidente da República.

Segundo a Procuradoria, a organização age há 40 anos obtendo vantagens indevidas sobre contratos públicos.

Em sua decisão, Athié chama a atenção para o objeto da investigação, que deve ser só a Eletronuclear. “Não passa despercebido exagero na narração, na decisão impugnada [de Bretas], eis que em apuração, no caso, apenas os relacionados com a Eletronuclear, e não outras investigações.”

Athié já chegou a ser alvo de ação penal acusado de ter cometido crimes de formação de quadrilha e estelionato, quando juiz no Espírito Santo.

Em 2013, o STF (Supremo Tribunal Federal) determinou o trancamento da ação no STJ (Superior Tribunal de Justiça) por entender que o objeto era o mesmo de um inquérito contra o juiz que já havia sido arquivado em 2008.

O arquivamento ocorreu a pedido do Ministério Público Federal, que concluiu não haver provas que pudessem incriminá-lo. A suspeita era de que Athié tivesse proferido duas sentenças em conluio com um grupo de advogados.

O magistrado foi alvo de quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Em função deste inquérito, ficou sete anos afastado do cargo, sendo reencaminhado por decisão do STJ de 2011.

Anna Virginia Balloussier, Ana Luiza Albuquerque, Catia Seabra e Felipe Bachtold

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/03/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Apagão volta a atingir Caracas e ao menos 14 estados da Venezuela

Falta de luz faz metrô parar na capital e interrompe serviço de telefonia e internet em todo o país

Diversas regiões da Venezuela, incluindo a capital, Caracas, ficaram sem energia nesta segunda-feira (25), no segundo apagão a atingir o país em menos de 20 dias.

Segundo relatos de moradores nas redes sociais e informações da imprensa local, a região metropolitana de Caracas e o estado de Miranda, vizinho à capital, foram os mais afetados pela falta de luz.

Ao menos 14 dos 23 estados venezuelanos sofreram de alguma forma com a falta de energia na segunda.

O apagão, que começou às 13h20 locais (14h20 em Brasília), fez o metrô da capital ser fechado e os semáforos, desligados. Com isso, muitos moradores tiveram de voltar a pé para a casa.

Os serviços de telefonia e de internet também deixaram de funcionar em Caracas e em grande parte do país.

A falta de luz atingiu ainda a região do palácio de Miraflores, sede do regime do ditador Nicolás Maduro, e o prédio da Assembleia Nacional, de maioria opositora.

Testemunhas afirmaram que a falta de luz atingiu as cidades de Barquisimeto e Barinas, ambas no oeste do país.

Em Maracaibo, segunda maior cidade do país e capital do estado petrolífero de Zulia, moradores afirmaram que a energia ficou intermitente durante toda a segunda.

Já em Valência, terceira maior cidade do país (120 km a oeste de Caracas) e em Puerto Ordaz, no sul, moradores disseram que o fornecimento de energia não foi afetado.

Até as 20h30 da segunda, não havia informações oficiais sobre o retorno da energia.

O Ministério de Informações do regime Maduro disse que a falta de luz foi causada por um ataque a uma hidrelétrica, repetindo o que disse no apagão anterior, no início do mês.

A falta de energia é cada vez mais frequente devido à crise financeira que assola o país.

O maior desses apagões começou no último dia 7, quando grande parte do país ficou sem energia por até 100 horas consecutivas. O fornecimento só foi completamente regularizado uma semana depois.

Na ocasião, escolas suspenderam as aulas e empresas permitiram aos funcionários que ficassem em casa. Moradores tiveram de cozinhar comida estocada nas geladeiras para impedir que elas estragassem e pacientes em hospitais também foram afetados.

Indiretamente, o apagão também afetou o Brasil, já que Roraima recebe parte de sua energia da Venezuela, que interrompeu o fornecimento.

Maduro acusou os EUA de terem realizado ciberataques contra usinas do país, causando o apagão. O ditador afirmou ainda que a oposição teria sido cúmplice na ação, mas não apresentou provas.

Com isso, o Ministério Público venezuelano, aliado de Maduro, abriu uma ação para investigar o líder opositor Juan Guaidó, acusado pelos chavistas de “sabotagem elétrica”.

Guaidó, que é presidente da Assembleia Nacional e foi reconhecido por mais de 50 países (incluindo Brasil e EUA) como presidente interino do país, nega envolvimento no caso e diz que a falta de investimentos na infraestrutura é a maior causa dos apagões.

Washington também nega ter qualquer ligação com o apagão.

Também nesta segunda, o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, criticou o apoio que a Rússia dá a Maduro, mas sem citar o apagão.

A declaração foi dada após a revelação de que dois aviões com cerca de uma centena de militares russos pousaram em Caracas no fim de semana.

Pompeo ligou para o chanceler da Rússia, Serguei Lavrov, para criticar a presença dos militares no país.

“O secretário [Pompeo] pediu à Rússia para parar com esse comportamento não construtivo”, disse o porta-voz do Departamento de Estado, Robert Palladino.

AFP e Reuters

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/03/2019

Seção: O País

Autor: AGUIRRE TALENTO, CHICO OTAVIO, JULIANA CASTRO E RAYANDERSON GUERRA

Título: Temer solto

Desembargador critica prisão preventiva e concede habeas corpus a ex-presidente

Preso preventivamente desde a última quinta-feira na sede da Polícia Federal no Rio, na Praça Mauá, sob acusação de comandar esquema de desvio de dinheiro em obras da **usina de angra 3**, o ex-presidente Michel Temer foi libertado ontem à noite, por decisão do desembargador Ivan Athié, relator do caso no Tribunal Regional Federal da 2a. Região (TRF-2). Outros sete presos na Operação Descontaminação, entre eles o ex-governador do Rio de Janeiro Moreira Franco, também foram soltos.

Nos últimos dias, a ordem de prisão preventiva de Temer foi alvo de questionamentos de especialistas em Direito, e reacendeu o debate sobre a detenção de suspeitos quando ainda não há condenação ou mesmo ação penal instituída. Para eles, embora a investigação tenha indícios fortes de cometimento de crimes, não havia elementos suficientes para a decretação da prisão preventiva. Na decisão, o desembargador também faz críticas severas ao despacho do juiz Marcelo Bretas, que determinou a prisão preventiva.

Temer deixou a sede da PF às 18h42, em direção ao Aeroporto Santos Dumont, onde um jatinho o esperava para levá-lo para São Paulo. A defesa do ex-presidente havia feito um pedido de habeas corpus na última sexta-feira, quando Athié decidira levar o pedido à sessão da próxima quarta-feira da 1a. Turma Especializada do TRF-2. O desembargador, porém, concedeu o habeas corpus ontem de forma monocrática. Em seu despacho, ele explicou que não

tivera tempo de ler, na sexta-feira, toda a decisão do juiz Marcelo Bretas, além das peças da defesa e das argumentações do Ministério Público Federal (MPF). Ainda na sexta-feira, como O GLOBO publicou, Athié havia admitido a interlocutores desconforto em resolver sozinho uma questão tão sensível.

O MPF vai recorrer da decisão. A Procuradoria Regional da República da 2a. Região ainda estuda os argumentos que utilizará, mas no recurso constará o pedido de que os habeas corpus concedidos por Athié sejam analisados pela 1a. Turma Especializada do tribunal.

Caberá ao próprio desembargador decidir quando levará o assunto à 1a. Turma, já que Athié atualmente é o presidente do colegiado. Na decisão de soltura, ele informou ainda que retirou o caso da pauta de amanhã.

Athié considerou ter havido uma série de inconsistências na decisão do juiz Marcelo Bretas que mandou prender Temer. O desembargador começou seu texto fazendo elogios a Bretas, classificado como “notável juiz, seguro, competente, corretíssimo”, e de “irrepreensível proceder”. Acrescentou ainda que “não sou contra a chamada Lava-Jato, ao contrário, também quero ver nosso país livre da corrupção que o assola”.

LAVA-JATO DEFENDE RAZÕES

Ao entrar no mérito da prisão do ex-presidente, porém, enumerou várias discordâncias com o despacho de Bretas. Athié disse não ver na decisão “qualquer justificativa prevista no Código de Processo Penal para segregação preventiva dos pacientes”.

Ele afirmou que os fatos citados por Bretas são “suposições de fatos antigos, apoiadas em afirmações do órgão acusatório (MPF)”, e que mesmo que se admita existirem indícios para incriminar Temer, eles não servem para justificar a prisão preventiva.

Athié afirmou que Bretas tentava antecipar a pena: “Até agora inexistente instrução criminal, eis que nem ação penal há, sendo absolutamente contrária às normas legais prisão antecipatória de possível pena, inexistente em nosso ordenamento, característica que tem, e inescusável, o decreto impugnado”.

Em nota, os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato do Rio, que pediram a prisão de Temer à primeira instância da Justiça Federal, afirmaram que há robustas razões para a prisão preventiva, como obstrução de Justiça e ocultação de dinheiro.

“A Força-Tarefa recebe com serenidade a decisão. Reafirma que as razões para a prisão preventiva são robustas e consistentes, mas respeita a decisão liminar monocrática do relator”.

O Ministério Público pretende convencer os desembargadores da 1a. Turma Especializada do TRF-2 da necessidade da prisão de Temer e dos outros investigados. Uma das críticas do desembargador Athié para a determinação da prisão de Temer foi a falta de elementos recentes envolvendo os suspeitos que evidenciassem a possibilidade de continuidade dos crimes.

Os procuradores vão citar a tentativa de depósito de R\$ 20 milhões em dinheiro vivo na conta da Argeplan, empresa do coronel Lima, suposto operador de Temer, feita em outubro do ano passado. Esta movimentação foi detectada pelo Coaf e foi usada como argumento pelo MPF no pedido de prisão de Temer e dos demais envolvidos.

O episódio, porém, não foi citado pelo juiz Bretas em sua decisão ordenando a prisão.

Além de Temer, Moreira e do coronel Lima, foram soltos ontem Maria Rita Fratezi (mulher de Coronel Lima, acusada de atuar em lavagem de dinheiro), Carlos Alberto Costa (sócio do coronel Lima na Argeplan), Carlos Alberto Costa Filho (diretor da Argeplan), Vanderlei De Natale (suspeito de ter intercedido junto à Eletronuclear em favor do esquema) e Carlos Alberto Montenegro Gallo (também suspeito de interceder junto à Eletronuclear).

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Guedes promete dividir recursos de fundo do pré-sal

Pelo menos 70% seriam repartidos entre estados e municípios, enquanto governo federal ficaria com arrecadação do megaleilão

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo vai propor que pelo menos 70% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam divididos com estados e municípios. O fundo é composto por recursos obtidos com a venda do petróleo que cabe à União nos contratos do pré-sal e com leilões de campos de exploração de óleo e gás nessa camada. Na semana passada, O GLOBO revelou que Guedes queria repartir os recursos com governadores e prefeitos.

Atualmente, todo o dinheiro do fundo é destinado à União. O Fundo Social, criado em 2010 como uma poupança do governo. Em 2013, modificação passou a destinar uma parcela maior dos recursos para saúde e educação.

—Hoje é 100% do governo. Vamos fazer algo dramático. Vamos pegar pelo menos 70% para estados e municípios. Em vez de 100% para a União e zero para estados e municípios, vamos pegar 70% para estados e municípios— disse o ministro em evento com prefeitos.

Guedes explicou que esse percentual será alcançado gradualmente, de maneira a garantir que parte dos recursos da exploração do pré-sal seja destinada aos governos regionais. Segundo ele, o percentual de 70% para os governos regionais é o "mínimo", podendo ser maior. De acordo com o ministro, quem enfrenta os problemas do país são os estados e os municípios.

Até o fim do ano, o valor do fundo estará em cerca de R\$ 26 bilhões, segundo estimativas do governo. A descentralização dos recursos hoje nas mãos da União é uma bandeira defendida pelo ministro da Economia.

Dividir o dinheiro do fundo social foi a maneira encontrada pelo governo para garantir recursos do petróleo para governadores e prefeitos sem comprometer a arrecadação federal com um megaleilão do pré-sal marcado para outubro.

Durante a transição, Guedes havia prometido repartir com os estados parte dos R\$ 100 bilhões que o governo espera arrecadar com o leilão. Ele esbarrou, porém, nas restrições impostas pela regra do teto de gastos. Além disso, ao dividir o dinheiro, o governo federal veria sua receita despencar e não conseguiria usar esses recursos para abater parte do rombo das contas públicas.

ACORDO NOS PRÓXIMOS DIAS

O argumento do governo para dividir o Fundo Social é que esse dinheiro ficaria parado nos cofres do Tesouro Nacional. O Executivo federal não conseguiria usar os recursos nos próximos anos, uma vez que, pela lei do teto de gastos, suas despesas não podem crescer acima da inflação do ano anterior. Por isso, nesse raciocínio, é melhor enviar o dinheiro para os estados, que passam por grave crise financeira, e para as prefeituras.

Guedes afirmou que o governo irá anunciar nos próximos dias o resultado da renegociação do contrato das áreas do pré-sal cedidas à Petrobras, o chamado acordo de cessão onerosa. Este permitirá a realização do megaleilão.

—A cessão onerosa estava uma briga de Executivo com o Legislativo, e o negócio não andava, não andava, não andava. Dinheiro parado embaixo do mar lá esperando a gente, e a gente não vai porque é o jogo do perde-perde. Resultado: sentamos com o **ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia**. Conversa vai, conversa vem, puf, fechamos o negócio, devemos anunciar nos próximos dias —afirmou o ministro.

MME / ASCOM .